

--- Aos vinte e um dias do mês de Abril de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, no Edifício do Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação dos Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e cinco da Câmara Municipal de Óbidos;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e cinco da Óbidos Patrimonium E.M.;--

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e cinco da Óbidos Requalifica E.M.;----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação do Protocolo de Colaboração entre o Município de Óbidos e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para Apoio Técnico-Científico ao GTL de Óbidos;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem após discussão pública;-----

--- Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Repartição de Encargos da Construção da Creche e ATL do Olho Marinho;-----

--- Ponto número oito – Apreciação e eventual aprovação da Quarta Alteração ao Regulamento Municipal do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, após discussão pública;-----

--- Ponto número nove – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Contrato Programa entre a Câmara Municipal de Óbidos e a Óbidos Requalifica E.M. para Intervenção Urbana no Largo de S. Marcos, Gaeiras;-----

--- Ponto número dez – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Contrato Programa entre a Câmara Municipal de Óbidos e a Óbidos Requalifica E.M. para o Loteamento de Santa Rufina, Arelho;-----

--- Ponto número onze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Relatório de Avaliação de Propriedade Rústica em Arcos de St^a. Iria, Óbidos;-----

--- Ponto número doze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Rectificação a Contrato Programa a estabelecer com a Óbidos Requalifica E.M.;-----

--- Ponto número treze – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Contrato Programa entre a Câmara Municipal de Óbidos e a Óbidos Patrimonium E.M. para fornecimento de material de expediente e consumos administrativos;-----

--- Ponto número catorze – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, de acordo com a

alínea e) do número um do Artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;--
--- Ponto número quinze – Período fora da ordem do dia.-----
--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a presença de todos os Senhores Deputados.-----
--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à sessão, entrando-se na ordem de trabalhos:-----
--- PUNTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta do Senhor Deputado José Manuel Nobre Pereira, às sessões de vinte e quatro de Fevereiro e trinta e um de Março do corrente ano; Carta de justificação de falta do Senhor Deputado Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia à sessão de trinta e um de Março do corrente ano; Ofício número quarenta e oito da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a Lei número doze, barra, dois mil e quatro, que estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais; Ofício número três mil oitocentos e oitenta do Gabinete do Primeiro Ministro, informando que foi prestada a devida atenção ao conteúdo da Moção da Assembleia Municipal referente à Lagoa de Óbidos e ofício número trinta da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre remunerações, compensações para encargos e senhas de presença dos eleitos locais para dois mil e seis.-----
--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou a favor a proposta da Carta Educativa do Concelho de Óbidos, em sessão extraordinária de trinta e um de Março de dois mil e seis, porque entende que se trata de um elemento essencial para o futuro do projecto educativo no Concelho, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – Entende que o processo que conduziu à produção do texto proposto pela Câmara Municipal não resultou de um amplo e participado debate na comunidade educativa como seria desejável. Dois – A proposta contém lapsos que reflectem algum desleixo incompatível com a produção de uma Carta Educativa que estão identificados e que devem ser corrigidos. Três – Verifica-se uma ausência de políticas relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais, sem que na Carta se aponte qualquer caminho de futuro, designadamente na adaptação das escolas e equipamentos aos alunos com deficiências físicas e motoras. Quarto – A questão da rede e do financiamento não foi adequadamente concertada, como determina a Lei, com a Administração Central, não sendo por isso fiáveis os investimentos

referidos. Cinco – Não se assumem objectivos estratégicos concretos de, por exemplo, reduzir num determinado prazo os índices de abandono, insucesso e saída precoce. Seis – A Carta Educativa deveria ser feita em consonância com o Plano Director Municipal (PDM), uma vez que é este que deve reflectir a realidade territorial e humana, ou seja, as zonas de expansão demográfica, e portanto todas as zonas habitacionais e respectivas densidades, assim como zonas industriais, comerciais, bem como a existência dos mais diversos equipamentos de serviço público e privado. O Grupo Municipal do Partido Socialista dará conhecimento desta declaração de voto ao Ministério da Educação.”-----

--- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado João Lourenço para chamar à atenção para a acta da sessão extraordinária de dezasseis de Novembro de dois mil e cinco, que já foi aprovada, a qual contém uma série de omissões, não fazendo referência a nenhuma intervenção do Porta-Voz do PS que falou, entre outras coisas, de ética, lealdade e sobre o Pingo Doce, tendo sido várias as explicações. Queria ouvir da maioria se concorda ou se acham bem que a acta em causa tenha omitido tudo quanto disseram e se acham se a questão do Pingo Doce deve ou não constar da acta. Fez um protesto sobre a acta atrás referida, afirmando que tinha falado nessa sessão sobre o relacionamento entre as partes, que o Porta-Voz teve variadas intervenções e tinha pedido lealdade e ética nas relações entre todos os membros. Sobre as actas da sessão ordinária de vinte e quatro de Fevereiro do corrente ano e da sessão extraordinária de trinta e um de Março corrente ano, disse que as mesmas estão elaboradas com mais cuidado e não têm problemas de maior, faltando, no entanto, a acta da sessão ordinária de dezanove de Dezembro de dois mil e cinco. Em relação à acta de trinta e um de Março, disse que falta mencionar os valores referentes à implementação da Carta Educativa e que não consta a intervenção do Senhor Deputado Eduardo Silva. O Senhor Deputado Vítor Mata usou da palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o que estava a acontecer na albufeira do Arnóia, visto que a mesma tina sido despejada, tornando-se num pântano. Inquiriu depois sobre a construção da estrada para os Casais da Areia e sobre a construção dos caminhos alternativos para as propriedades que ficaram isoladas. O Senhor Deputado Eduardo Silva disse que leu com atenção a acta de trinta e um de Março do corrente ano e a sua intervenção está explícita e elucidativa pelo que concorda com a mesma. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que na próxima sessão ordinária irá apresentar o ponto da situação, de forma clara, das actas das sessões do mandato em curso e deixou a sugestão aos Senhores Deputados para no caso de terem algumas sugestões de alteração às actas enviadas antes da realização das sessões, que as enviem por escrito aos serviços que acompanham os trabalhos, para que em tempo oportuno possam ser alvo de discussão.-----

--- Posta a acta de vinte e quatro de Fevereiro do corrente ano à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta.-----

--- Posta a acta de trinta e um de Março do corrente ano à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com uma abstenção. Aprovada em minuta.-----

--- Foi presente uma moção do Grupo Municipal do Partido Socialista, que a seguir se transcreve; “Segurança Rodoviária no Concelho – A construção de vias públicas com o objectivo primordial de maximizar o escoamento de grandes volumes de tráfego e o conforto dos ocupantes dos veículos, aliada aos progressos da indústria automóvel no mesmo sentido, têm sido, nas últimas décadas, uma das causas do aumento do número e da gravidade dos conflitos entre veículos e peões. A instalação e manutenção de medidas passivas nas vias, designadamente a sinalização (semafórica, como os sinais luminosos accionados pela velocidade instantânea do veículo, e outras), as pinturas de separação e marcação de via, as Lombas Redutoras de Velocidade (LRV), são elementos vitais para manter a segurança de condutores, ocupantes e de peões, reduzindo significativamente a sinistralidade rodoviária nas cidades, vilas, aldeias e lugares atravessados por rodovias, contribuindo para uma <<mudança radical>> da forma de circulação automóvel. No Concelho de Óbidos assistiu-se a uma desenfreada colocação de asfalto. A Câmara Municipal de Óbidos contabilizou, orgulhosa, mais de cento e cinquenta quilómetros de asfalto colocado nos últimos anos. É verdade que em muitos casos esse asfalto era uma exigência e uma necessidade imperiosa das populações. Mas não era só necessário asfaltar, era necessário garantir a qualidade desse asfalto e a qualidade da obra que em muitos casos ficou incompleta. Se existem casos em que as obras de asfaltamento foram concluídas com qualidade, como foi o caso do Carregal, a verdade é que existem por todo o Concelho casos gritantes de incúria, situações em que o asfalto foi despejado na via, sem critério, ocultando bermas, levado até às portas das casas (muitas vezes a pedido dos proprietários), não só criando manchas inestéticas de alcatrão, como criando situações de autêntico absurdo em termos de segurança rodoviária. Sítios há em que, mesmo com razoável visibilidade, não se percebe onde começa e onde acaba a via, onde começa e onde acaba a berma. Muitos locais de habitações não possuem sequer passadeiras nem LRV. No seguimento do exposto o Partido Socialista propõe à Câmara Municipal: Um – Que proceda com urgência à elaboração de um inquérito, a ser realizado a curto prazo, em que se identifiquem todas as situações de risco rodoviário no Concelho, designadamente causadas por: a) inexistente ou deficiente marcação e sinalização da via; b) falta de sinalização de aproximação de entrada de localidade e limite máximo de velocidade; c) inexistência ou estreiteza de bermas; d) pavimento em deficiente estado de conservação. Dois – Que a Câmara Municipal passe a garantir de futuro que em todas as intervenções de alcatroamento das vias se garanta a

conclusão plena da obra, designadamente de desnivelamento de bermas, sua sinalização, marcação da via e colocação de passadeiras nas localidades e LRV nos termos das normas em vigor.”. Usou da palavra o Senhor Deputado José Ribeiro para dizer que no tempo do PS na Câmara Municipal não havia asfalto e que nos mandatos do PSD foram colocados vários quilómetros de asfalto, podendo perguntar-se às populações se gostaram ou não. Sobre os sinais de trânsito disse que, eventualmente, poderão faltar alguns, mas estão a ser colocados. O Senhor Deputado José Capinha disse que há uma diferença entre o papel dos Deputados do PS e os do PSD. Considera que o PS tem feito um conjunto de intervenções que visam denegrir a imagem da Câmara Municipal, do seu Presidente, Vereadores e do Concelho. Quando não encontram um pequeno deslize, um pequeno erro, uma pequena contradição, fazem um conjunto de propostas redundantes, coisas que muitas vezes a Câmara Municipal já está a fazer, e essas propostas só podem provir de duas questões, fazer um aproveitamento político, subestimando o conhecimento que os munícipes tem do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, ou desconhecem completamente o que se tem passado neste Concelho, o que é pior. Leu um extracto da acta anterior em que o Senhor Deputado Luís Carvalho afirmava que leu a carta educativa e disse que não o fez de forma exaustiva, mas conhece todas as escolas do Concelho e a sua situação, bem como a dos alunos, e convidou o Senhor Deputado atrás referido a levá-lo às escolas. Não é preciso ser guia turístico para ser Deputado, mas é preciso conhecer o Concelho e os seus problemas e esta é a diferença entre as duas bancadas. Quem está no PSD está a trabalhar para o Concelho e respeita as minorias. Não respeita é a forma como a defendem. A Câmara Municipal tem feito a defesa de todos os munícipes e ninguém está na Assembleia Municipal para defender maiorias ou atacar minorias. Referiu a notícia sobre a introdução de postos de Internet para invisuais, que é de louvar, e aconteceu antes da análise da carta educativa, tendo o PS comunicado à Gazeta das Caldas que este assunto, pessoas com deficiência, era tratado de forma descuidada na carta, o que revela falta de conhecimento do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal. Disse que a execução e inauguração do Pingo Doce foi óptimo para o Concelho e qualquer munícipe o achará, independentemente dos formalismos de estar ou não em acta. Quem defende os interesses dos munícipes defende as grandes superfícies. Por último disse que ouviu um programa de rádio dedicado às Autarquias, tendo um senhor que se identificou como sendo de Óbidos, quando a entrevistadora lhe perguntou o que achava sobre o Concelho, respondido de forma espontânea – O Concelho de Óbidos, desde que estes foram para lá, as coisas mudaram muito, apostaram no turismo, desenvolveram o Concelho, levaram o Concelho para a frente. É isto que se ouve, só não vê quem não quer, quem está de má fé, ou quem está para atacar pessoas que

vieram para o Concelho e que o estão a defender. Usou da palavra o Senhor Deputado João Lourenço para dizer que o Deputado que o antecedeu não se pronunciou sobre a moção apresentada. Sobre as intervenções do PS a denegrir a imagem do Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, disse que não ficou em acta uma série de apontamentos e de frases que não quer referir, dirigidas directamente ao PS, e para que a Assembleia, quando se falou sobre a reformulação do regimento, se dignifique e prestigie, não se transformando numa batalha campal. O PS é que tem sido alvo de muitas frases que tem apontadas. Não pretendem denegrir ninguém. Falou logo na primeira sessão, quando muitas dessas frases foram ditas, em ética e lealdade. Não vêm defender interesses partidários. Quanto à formalidade das actas, exige que, embora não sejam muito rigorosas, espelhem minimamente o que se passa na Assembleia. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que voltou a ser visado na sequência da apresentação de uma moção do PS, sem perceber porquê, não voltando a contribuir mais o peditório de estrangeiro. Relativamente à moção já não sabe muito bem o resta ao Grupo Municipal do PS, porque, segundo o PSD, está tudo feito. Quando o PSD e o Presidente da Câmara Municipal eram oposição também não ficavam calados. A moção é construtiva e se o PSD se sente tranquilo com a situação que tem em matéria de segurança rodoviária é um direito que lhe assiste. O Senhor Deputado José Oliveira repudiou veemente tudo o que foi dito, pois o Senhor Deputado Luís Carvalho não conhece o Concelho antes desta Câmara Municipal e depois desta. Antigamente existiam lombas em todo o lado. Como não se fazia nada e agora se trabalha, existem problemas, porque há alcatrão e os carros podem circular. Esta situação está descrita na moção e quando diz que é construtiva e com alertas, diz é que existe no Concelho casos gritantes de incúria. O PS não deve conhecer o relatório do Comando da GNR que diz que no distrito de Leiria o Concelho com menor número de sinistralidade é Óbidos, sendo a maior parte, da que existe, na A Um. Em relação ao Carregal a estrada esteve alguns anos sem lombas, as quais foram feitas posteriormente. Como não houve mais intervenções, foi a moção posta à votação, tendo sido reprovado por maioria, com dezanove votos contra e cinco votos a favor.-----

--- Usou da palavra o Senhor Deputado Frederico Garcia dizendo que fala poucas vezes, porque como membro da mesa, impõe a si mesmo contenção e a mesa exige imparcialidade. Disse depois que a Páscoa foi mais uma vez celebrada de forma impar, num cenário excepcional e característico que é a Vila de Óbidos. Não faz uma intervenção política, mas como Obidense que ama a sua terra. Congratula-se com todos pelo êxito alcançado durante as festividades da semana santa. É gratificante ouvir o que as pessoas dizem sobre estes eventos e sobre a nossa terra. Este êxito não seria possível sem os intervenientes, sendo a sua participação de enaltecer e agradecer, porque

representa um minucioso trabalho de muitos meses e que de forma voluntária e graciosa dão o seu contributo para o êxito destas festas. O êxito alcançado, não é só no aspecto religioso, mas também se conseguiu formar em Óbidos, durante estas semanas, o turismo religioso, o que é muito importante para a Vila de Óbidos, pelas pessoas que trás e pelo afluxo financeiro que representa para os comerciantes. Ouve um cuidadoso programa cultural que a par e passo acompanhou as cerimónias religiosas, referindo alguns concertos realizados. Recordou o agradecimento público que o Padre José Luís fez à Câmara Municipal, porque muito deste êxito não seria possível sem o seu auxilio, quer na parte cultural, quer nas próprias celebrações. Como Obidense, congratula-se com o evento que enalteceu, honra e prestigia a nossa terra e também os Obidenses. O Senhor Deputado Vítor Pedras informou que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura ao Instituto Nacional de Habitação, no valor de um milhão setecentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e oito euros, para reabilitação e construção de moradias degradadas. Esta medida mostra quanto a Câmara Municipal está sensibilizada para o projecto social. Deu os parabéns à Câmara Municipal e convidou todos os Senhores Deputados a estarem presentes na assinatura do protocolo. O Senhor Deputado Rogério Correia disse que o novo quartel dos Bombeiros vai ser inaugurado no dia seis de Maio do corrente ano, sendo uma obra muito boa que vai servir toda a população, num espaço bastante grande, que está a ser dotado de equipamentos importantíssimos para o serviço que os Bombeiros prestam à comunidade. Sabe do empenhamento que a Câmara Municipal teve na feitura do obra, pelo que agradeceu e deu os parabéns ao Município. Propôs um voto de louvor à Associação dos Bombeiros Voluntários de Óbidos. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a sugestão apresentada devia ser passada a escrito para ser votada. O Senhor Deputado Albino Sousa disse que teve contactos sobre as alterações ao regimento, com os Senhores Deputados João Lourenço e Anabela Corado, apresentando, na próxima reunião, as alterações que acharem convenientes. Informou, depois, que a Vila de Gaeiras fez cinco anos e apresentou em nome do PSD, um voto de felicitações e parabéns pelo aniversário e pela qualidade da primeira mostra das actividades económicas da Vila de Gaeiras, que decorre até vinte e três de Abril, convidando todos a efectuar uma visita à mesma. Que a Assembleia Municipal fizesse, por escrito, uma nota de felicitações e parabéns dirigida, não só ao executivo da Junta de Freguesia de Gaeiras, mas também a toda a população. Por último, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha novidades sobre a Lagoa e sobre as medidas que o Governo eventualmente iria tomar. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a sugestão apresentada tinha de ser passada a escrito para ser votada. O Senhor Deputado José Oliveira

fez uma proposta à Assembleia Municipal no sentido de ser pedido aos Presidentes do Idrha e do Inag para que a barragem fosse encerrada o mais rapidamente possível. De seguida agradeceu, em seu nome e em nome do PSD, ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal o convite que endereçou a todos os Deputados para visitarem a Assembleia da República, assim como à forma como foram recebidos, com toda a amabilidade e simpatia, bem como às crianças que tiveram a oportunidade de visitar aquela Assembleia. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal sugeriu que a proposta fosse passada a escrito para ser votada. O Senhor Deputado Eduardo João disse que o Pingo Doce criou cerca de sessenta postos de trabalho, o que é de louvar. Agradeceu depois, em nome dos Gaeirenses, à Câmara Municipal e aos seus funcionários, o apoio e esforço que fizeram para que fosse possível o conjunto de eventos que estão a realizar e convidou todos os Senhores Deputados a visitar a primeira mostra de actividades económicas, que expressa o que já se pode produzir neste Concelho. Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Rodrigues para secundar, da sua parte e do PS, a posição expressa pelo Senhor Deputado Frederico Garcia, relativamente às cerimónias da semana santa. É com regozijo que se manifestam pela grande manifestação cultural e religiosa que decorreu em Óbidos. A Senhora Deputada Anabela Corado subscreve a intervenção do Senhor Deputado Vítor Mata e concorda com a proposta de moção apresentada pelo PSD, mas lembrou que o Senhor Vereador Humberto Marques disse na sessão de trinta e um de Março do corrente ano, que a Câmara Municipal evitou que houvesse um esvaziamento da barragem pelo Idrha e que a mesma seria fechada para o primeiro enchimento dentro de oito dias e que o caminho que vai dos Casais do Alvito aos Casais da Areia estaria fechado dentro de três meses. Foi esta a informação transmitida, mas por razões que desconhece, não foi cumprida. Reforçou o aspecto em que se encontra a barragem, que é desolador, a água está a ficar podre, cheira mal, deixando de ser um pólo de atracção. Gostava que a Câmara Municipal diligenciasse no sentido de solucionar o problema. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a barragem não é obra da Câmara Municipal e que apesar do Senhor Vereador ter transmitido o que foi dito pela Senhora Deputada, existem dirigentes neste País que andam a dormir. A Câmara Municipal tem feito diligências e levou as pessoas responsáveis do Inag, do Idrha e o Director Regional de Agricultura para verem o que está a acontecer. Já solicitaram que diminuam o caudal de água que está a ir para o Rio Arnóia. O Ministério da Agricultura e o Ministério do Ambiente são os únicos e exclusivos responsáveis por não terem consciência do que estão a fazer. Foi feito um último apelo na passada quarta-feira, para que o assunto possa estar ultimado o mais rapidamente possível. Sugeriu que a Assembleia Municipal fizesse uma recomendação e a enviasse ao Idrha e ao Inag, para

encerrarem a barragem. A Senhora Deputada Anabela Corado perguntou qual é a justificação que dão para terem procedido ao esvaziamento da barragem. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que era teste, que estão a cumprir procedimentos legais, é uma barragem de aterro, é o primeiro enchimento, precisa de ser testada, verificada, se tem roturas, se existem problemas. O que repugna a todos é haver uma diminuição de precipitação durante o ano e a água não ser retida. A barragem já desceu quase quatro metros e a Câmara Municipal aguarda até ao final do mês que possa ser fechada. O Idrha não a quer fechar sem ter o aval do Inag. Sobre os caminhos alternativos disse que podem ser incluídos na recomendação da Assembleia Municipal. Em relação à Lagoa disse que as entidades responsáveis não tomam decisões. O Ministério do Ambiente passou um ano sem tomar decisões, nem mandou o Inag fazer um estudo de impacto ambiental para depois lançar um concurso para efectuar dragagens. Pediram uma audiência em Novembro e não foram recebidos. O Inag informou que o que está pronto são os termos de referência para se poder avançar com o estudo de impacto ambiental. Espera que para a semana saia o concurso para elaboração do estudo. A Lagoa não é uma prioridade para o Inag, não tem coragem para avançar com dragagens permanentes. Propôs ao Senhor Governador Civil que recomendasse ao Senhor Ministro do Ambiente que obrigasse o Inag a fazer aquilo que tem que fazer. Nunca obtiveram resposta sobre as questões da Lagoa. Sobre o Pingo Doce disse que o Concelho foi dotado com um empreendimento de qualidade, os acessos estão feitos e obra não envergonha ninguém dado o seu enquadramento arquitectónico.-----

--- Foram presentes as propostas que a seguir se transcrevem:-----

--- “Voto de Louvor – O Grupo Municipal do PSD, secundando a intervenção que foi feita acerca dos últimas cerimónias da semana santa, em Óbidos, propõe que seja votado um voto de louvor à Comissão de Festas da Semana Santa, que a levou a efeito.”. Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta.-----

--- “Proposta – Ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, o Grupo Municipal do PSD, vem propor para que seja pedido aos Exm^{os} Senhores Presidentes do Idrha e do Inag para que seja fechada a barragem de Óbidos o mais rápido possível, no sentido de que se possa reter o máximo de água.”. Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta.-----

--- “Proposta – Ao abrigo das disposições legais e regimentais, o Grupo Municipal do PSD vem propor à Assembleia, um voto (por escrito) de parabéns e felicitações ao Executivo das Gaeiras e a toda a sua população pelos cinco anos de elevação a Vila e à sua primeira mostra de actividades económicas.”. Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta.-----

--- “O Grupo Municipal do PSD vem propor um voto de louvor à Direcção dos Bombeiros Voluntários de Óbidos, em virtude do esforço, dedicação e empenho numa causa tão nobre e tão útil como é a construção de um novo quartel. O Grupo Municipal do PSD agradece ainda o voluntarismo destes intervenientes.”. Posta à votação, foi a proposta aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Deputado Frederico Garcia, em virtude de fazer parte dos Corpos Directivos daquela Associação. Aprovado em minuta.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de quatro novos pontos na ordem de trabalhos, a saber: - Para conhecimento da Assembleia Municipal o Protocolo de Cooperação entre o Município de Óbidos e Comunidade Terapêutica Minha Casa; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento para o funcionamento do Refeitório Municipal; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento – Férias Activas dois mil e seis; - Apreciação e eventual aprovação da Candidatura apresentada ao Instituto Nacional de Habitação (INH). Usou da palavra o Senhor Deputado João Lourenço para dizer que só recebeu os documentos a meio da tarde, pelo que não pode, com consciência, analisar e votar os mesmos, que são extensos, e que devem ter, certamente, alguma responsabilidade. Pede à maioria que tenha atenção e solicita à Câmara Municipal para não apresentar documentos à última da hora, pois não os podem analisar e, conseqüentemente, votar conscientemente. Manifestou mais uma vez a sua discordância. O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que os pontos deram entrada extra ordem de trabalhos, porque foram aprovados na última sessão de Câmara, que se realizou na segunda-feira, e a convocatória com a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal já tinha sido emitida. Ou a Câmara Municipal tinha eficácia dos documentos a partir das deliberações desta Assembleia Municipal ou esperava até ao mês de Junho. Se a Assembleia Municipal entende que não tem condições, ou se existem membros que acham que não podem fazer um esforço para deliberar e ajudar a desenvolver as actividades do Concelho, então não o façam, mas não dêem a ideia de que a Câmara é preguiçosa, não trabalha e que se esquece de agendar. Isto não tem nada a ver com disciplina, organização, distribuição atempada ou não, tem a ver com uma questão do ponto de vista formal que era impossível ter sido inscrita nesta ordem de trabalhos, por só haver aprovações na última sessão de Câmara. O Senhor Deputado João Lourenço disse que se podem agendar sessões extraordinárias para analisar estes assuntos. De seguida passou-se à votação, tendo a inclusão dos pontos sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO DOIS – Apreciação e eventual aprovação dos mapas de prestação de contas do ano de dois mil e cinco da Câmara Municipal de Óbidos: -

Presente o ofício número dois mil seiscentos e noventa e três da Câmara Municipal de Óbidos, de onze de Abril do corrente ano, remetendo as contas do ano de dois mil e cinco, para apreciação e eventual aprovação. As Exm^{as} Senhoras funcionárias da Câmara Municipal, D. Lúcia e Dr. Alexandra, fizeram a explicação deste ponto, através da apresentação de diapositivos, descrevendo-se, a seguir, o seu teor na generalidade: Execução Orçamental – Orçamento de Receita – Previsão – Vinte e oito milhões vinte e seis mil oitocentos e dezassete euros e cinquenta e dois cêntimos. Execução – Dezoito milhões quatrocentos e sessenta e três mil trezentos e sessenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos, o que se traduz numa execução de sessenta e cinco, virgula, oitenta e oito por cento. Orçamento de Despesa – Dotação – Vinte e oito milhões vinte e seis mil oitocentos e dezassete euros e cinquenta e dois cêntimos – Execução – Dezoito milhões cento e dezanove mil trezentos e trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos, o que se traduz numa execução, nunca antes atingida, de sessenta e quatro, virgula, sessenta e cinco por cento. Evolução da Execução Orçamental – Em dois mil a execução foi de seis milhões setecentos e dois mil oitocentos e setenta e um euros, pelo que quase triplicou em cinco anos. Receita Corrente – Previsão – Treze milhões seiscentos e setenta e três mil novecentos e trinta e oito euros e trinta e seis cêntimos. Execução – Dez milhões oitocentos e noventa e cinco mil duzentos e sessenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos, o que se traduz numa execução de setenta e nove, virgula, sessenta e oito por cento. Receita de Capital – Previsão – Catorze milhões trezentos e quarenta e sete mil oitocentos e setenta e nove euros e dezasseis cêntimos. Execução – Sete milhões quinhentos e trinta e oito mil quinhentos e sessenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos, o que se traduz numa execução de cinquenta e dois, virgula, cinquenta e quatro por cento, pelo que as receitas correntes superaram as despesas correntes em cerca de dois milhões seiscentos e vinte e quatro euros o que tornou possível a libertação de fundos financeiros para investimentos. Também houve um forte crescimento nas receitas de capital resultante de financiamentos externos, ou seja, fundos comunitários e a venda de bens de investimento. Despesa Corrente – Dotação – Onze milhões quinhentos e oitenta e dois mil novecentos e oito euros e cinquenta e seis cêntimos. Execução – Oito milhões duzentos e setenta e um mil seiscentos e vinte e três euros e quarenta cêntimos, o que se traduz numa execução de setenta e um, virgula, quarenta e dois por cento. Despesa de Capital – Dotação – Dezasseis milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil setecentos e dezoito euros e noventa e seis cêntimos. Execução – Nove milhões oitocentos e quarenta e sete mil setecentos e quinze euros e vinte cinco cêntimos, o que se traduz numa execução de cinquenta e nove, virgula, oitenta e oito por cento. As despesas de capital foram muito superiores às despesas correntes, em termos de investimento.

Houve uma evolução das receitas e das despesas correntes e de capital. As despesas com pessoal decresceram e o investimento cresceu. Execução Patrimonial – Activo – Imobilizado – Vinte e dois milhões oitocentos e oitenta e oito mil cento e cinquenta e dois euros e dezasseis cêntimos. Circulante – Dois milhões quatrocentos e cinquenta e três mil dezoito euros e oitenta e quatro cêntimos. Passivo – Fundos Próprios . Dezanove milhões cento e trinta e quatro mil seiscentos e um euros e treze cêntimos. – Passivo – Seis milhões duzentos e seis mil quinhentos e sessenta e nove euros e oitenta e sete cêntimos. Liquidez Geral – Oitenta e cinco, vírgula, oito por cento. Endividamento de Curto Prazo – Onze, vírgula, trinta e oito por cento. Endividamento a Longo Prazo – Treze, vírgula, onze por cento. Autonomia Financeira – Setenta e cinco, vírgula, cinquenta e um por cento. Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos – Dezoito milhões duzentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e treze euros e noventa e um cêntimos. Custos e Perdas – Dez milhões duzentos e doze mil noventa euros e sessenta e dois cêntimos. Resultado Líquido do Exercício – Oito milhões quarenta e dois mil trezentos e vinte e três euros e vinte e nove cêntimos. Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho, começando por saudar a Câmara Municipal por ter disponibilizado informação detalhada e pela forma como foram apresentadas as contas. De acordo com os valores apresentados a Câmara Municipal goza de uma tranquilidade financeira que merece registo e à qual o PS tem de manifestar o seu reconhecimento. O orçamento de dois mil e cinco deveria ser uma previsão realista do conjunto de receita e despesa e foi retalhado ao longo da sua execução, o que não o valoriza. Foram mais as rubricas que foram alteradas ou modificadas do que aquelas que mantiveram a sua previsão inicial. Existem reforços nas despesas que não estão devidamente explicados, tais como, outros trabalhos especializados, outro material de transporte, que aumentou dez vezes em relação ao inicialmente previsto, estudos e pareceres de consultadoria e outros investimentos em edifícios. Relativamente ao relatório de gestão constata que em quatro anos ouve um crescimento da receita e conseqüentemente da despesa e questionou se ouve também um crescimento nos serviços prestados. Se a receita aumentou a despesa duplicou. Ao aumento da despesa, correspondeu um aumento da prestação de serviços. A receita corrente diminuiu pela primeira vez o que deve ser levado em linha de conta na gestão futura da Câmara Municipal. Não houve contenção e despesas. Nas receitas existem números preocupantes. Na verba de bens e serviços há uma redução de um milhão de euros, em relação à alienação de imóveis há uma receita extraordinária de três milhões de euros, e em custos e perdas extraordinárias existe um valor de oitocentos e sessenta e sete mil euros, pelo que gostava de ser esclarecido. Saudou a Câmara Municipal por não recorrer ao crédito bancário, porque um dos problemas da vida autárquica

tem sido a leviandade com que recorrem ao mesmo. Também gostava de ser esclarecido em relação à dívida a terceiros, onde há um aumento de um milhão de euros e existe também um aumento da chamada locação financeira que tem um valor dez vezes superior. A rácio com despesas de pessoal, em relação à receita corrente, aumentou em comparação com dois mil e um, bem como a rácio da aquisição de bens e serviços em relação à despesa corrente, que quadruplicou, em comparação com o mesmo ano. Ficam as palavras de louvor relativamente à saúde financeira do Município. O PS vai continuar a fazer uma análise fina das próximas execuções orçamentais e vai estar atento aos diversos sinais de alerta relativamente a algumas situações. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os números apresentados vêm demonstrar a saúde financeira do Município. O crescimento foi feito com muito esforço e foi um trabalho muito árduo. A Câmara Municipal duplicou a sua execução orçamental em quatro anos. Não o preocupa que a despesa tenha aumentado porque as obras também aumentaram. Se aumenta a receita, aumenta a despesa. Existe um endividamento de onze por cento, uma boa liquidez e autonomia. Não partilha na leviandade do crédito bancário. As Águas do Oeste contraíram um empréstimo de dois mil milhões de euros. A Câmara Municipal só tem amortizado, tendo feito um empréstimo de aproximadamente trezentos mil euros em dois mil e três. Quem recorre ao crédito não é leviano. Cada realidade tem uma explicação e se o Governo obrigar as Autarquias a endividar-se, não existe outra solução. Se as Autarquias não ocuparem determinados serviços ficam sem eles porque o Governo não está a fazer o que lhe compete. Se não houver comparticipação para a construção de escolas, terá que se recorrer a empréstimos. Não gosta de hipotecar gerações futuras. A intervenção mais importante do Senhor Deputado Luís Carvalho, e louva-se a mesma, foi felicitar a Câmara Municipal pela forma como gere os destinos do Concelho e faz bem em alertar para o que acha que não está correcto. Construíram as piscinas e o quartel dos Bombeiros ao mesmo tempo. O investimento é um investimento público. O Senhor Deputado José Oliveira convidou o PS a votar favoravelmente as contas. O que se está a passar em Óbidos é extraordinário. O investimento feito vai provocar receitas nos anos vindouros, principalmente através do IMI e IMT. Em relação às receitas correntes, a sua execução, se se juntar a empresa municipal, atinge quase vinte milhões de euros, situação nunca antes vista no nosso Concelho. As receitas correntes baixaram, mas as receitas de capital aumentaram. As dívidas a fornecedores aumentaram, mas também aumentou o dinheiro em banco e caixa e há um abaixamento da dívida à banca. Isto demonstra o tipo de gestão da Autarquia. Quando esta entrou em dois mil e dois tinha cerca de trinta mil euros em caixa. Em relação ao imobilizado ouve um acréscimo. Aquisição de edifícios e terrenos para construção de loteamentos, o que vai gerar receita. O

investimento per capita feito no Concelho é uma coisa nunca vista, como está acima da média nacional e, comparado com Caldas da Rainha, o investimento é igual. A despesa com pessoal desceu. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que por razões de compromissos já há muito assumidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o mesmo iria ausentar-se da sessão, tendo a mesa convidado o Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal a ocupar o seu lugar. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que iria efectuar uma visita à Dinamarca sobre questões de educação e convidou todos os Senhores Deputados para um jantar de confraternização a realizar no dia vinte e seis de Maio do corrente ano. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que não se sentiu como estrangeiro. Quando falou em leviandade, não falou com base na sua actividade profissional, mas com o que vem escrito na comunicação social especializada. Há casos em que o recurso ao crédito bancário é a única forma que os Municípios tem para fazer face às suas despesas. O Senhor Deputado Vítor Mata disse que os números apresentados reflectem o trabalho da Câmara Municipal. A Câmara Municipal fez seis vezes mais trabalho do que a gerência socialista. Como independente agradeceu o trabalho desenvolvido no Concelho, tendo levado o nome de Óbidos a todo o mundo. Agradeceu também o trabalho realizado na sua freguesia. Sugeriu ao Executivo Camarário que os protocolos com as Juntas de Freguesia fossem negociados por valores superiores. O Senhor Deputado Eduardo Silva saudou o Executivo pela excelência dos resultados apresentados e que os mesmos devem ser enviados a toda a população, para que possa, ela própria, viver um momento de seriedade e de grande expressão daquilo que pode ser um trabalho feito com transparência e dignidade em prol de todos, não excluindo nenhum Obidense. O Senhor Deputado José Oliveira propôs um voto de louvor à Autarquia pelos resultados alcançados em dois mil e cinco. Posta à votação, a conta de dois mil e cinco foi aprovada por unanimidade. Aprovada em minuta. O Senhor Deputado Luís Carvalho informou que o Grupo Municipal do PS vai entregar uma declaração de voto nos prazos regulamentares.-----

--- PUNTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E CINCO DA ÓBIDOS PATRIMONIUM E.M.: - Presente o ofício número dois mil seiscentos e noventa e um da Câmara Municipal de Óbidos, de onze de Abril do corrente ano, remetendo os documentos referentes às contas do exercício de dois mil e cinco da Óbidos Patrimonium E.M., para apreciação e eventual aprovação, o qual foi explicado pelo Dr. Ricardo Ribeiro, Administrador da Empresa. Em primeiro lugar agradeceu, em nome da Empresa, as palavras do Senhor Deputado Frederico Garcia sobre a intervenção da mesma no programa

cultural da semana santa. Disse depois que o ano de dois mil e cinco foi na verdade o primeiro ano completo de actividade da empresa e permitiu já o equilíbrio das contas, fazendo aumentar os grandes eventos, com particular destaque para a criação do Festival de Ópera e para o crescimento de eventos como o Mercado Medieval e o Festival Internacional de Chocolate. Que o relatório visa essencialmente compreender um exercício económico da actividade da empresa embora não se deva esquecer os objectivos de politica cultural, de desenvolvimento sócio-comunitária do Concelho e o grau de satisfação que estas realizações provocam em todos aqueles que nos visitam. De seguida passou à análise dos proveitos e custos por sector. Proveitos – Eventos – Setecentos mil cento e oitenta e quatro euros. Lojas – Cento e trinta e nove mil quinhentos e quarenta e um euros. Parque – Setenta e quatro mil setecentos e vinte e nove euros. Total dos Proveitos – Novecentos e catorze mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros. Custos – Eventos – Setecentos mil cento e oitenta e quatro euros. Lojas – Cento e vinte e oito mil quinhentos e trinta e nove euros. Parque – Trinta e cinco mil novecentos e vinte e um euros. Total dos Custos – Oitocentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro euros. Lucro – Resultados Antes dos Impostos – Quarenta e nove mil oitocentos e dez euros. Distribuição dos Proveitos – Patrocínios – Três por cento. Eventos – Cinquenta e dois por cento. Contratos Programa – Trinta por cento – Lojas – quinze por cento. Distribuição da Estrutura de Custos – Amortizações e outros Custos Financeiros – Um por cento. Fornecimentos e Serviços Externos – Sessenta e cinco por cento. Custos de Pessoal – Vinte e quatro por cento e Mercadorias Vendidas – Dez por cento. O trabalho encetado com o tecido empresarial revela o começo de um novo conceito empresarial em Óbidos, que será mais um dos instrumentos fundamentais na captação de novos investimentos, bem como no combate à sazonalidade do actual mercado turístico. Foram convidados para desenvolver um Festival de Chocolate em Macau. É intenção desenvolver cinco grandes eventos, a saber, Semana Santa, Mercado Medieval, Festival de Ópera, Festival de Chocolate e o Natal dedicado às famílias. A venda de artigos na loja já conseguiu o seu equilíbrio financeiro e a desejada autonomia. É ainda intenção da empresa estabelecer uma politica de distribuição / revenda que possibilite ancorar o comércio em Óbidos. Propôs que o resultado obtido de quarenta e oito mil seiscentos e setenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos seja utilizado para cobertura do passivo transitado e que o remanescente de mil trezentos e quarenta e um euros e dezoito cêntimos seja transferido na sua totalidade para reservas legais. Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho para dizer que não existe equilíbrio das contas e a receita foi conseguida à custa dos contratos programas celebrados com a Câmara Municipal. Não fica demonstrado a mais valia empresarial da Óbidos Patrimonium relativamente à Câmara

Municipal, existindo uma menos valia que é as remunerações. Fica por demonstrar onde a Câmara Municipal perderia se não tivesse a empresa e fosse ela a gerir. A venda nas lojas apresenta lucro, o que é de referir e é positivo. O Senhor Deputado José Oliveira disse que o investimento da Câmara Municipal é rentável. As Associações do Concelho tiraram grandes dividendos dos eventos realizados pela empresa, bem como os Bombeiros Voluntários, através da exploração de um parque de estacionamento. As receitas da empresa não são só os números apresentados, mas também o que deixa no Concelho. O custo com o pessoal e contratos programa foi de cerca de quarenta e cinco mil euros, abaixo do que estava orçado. O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se trinta mil euros de patrocínios não era muito pouco. O Senhor Deputado José Capinha disse que os eventos que se têm realizado são úteis, trazem dividendos para as Associações, tendo aumentado o nível das actividades realizadas. A Câmara Municipal investe para realizar uma série de eventos, que anteriormente não eram realizáveis. A empresa não tem de dar lucros, o lucro é o que os municípios ganham, ou seja, a realização de eventos de grande nível. O Senhor Vice Presidente da Câmara disse que a empresa gastou cinquenta e quatro mil contos para desenvolver o seu trabalho, sendo este valor irrisório. O Senhor Ricardo Ribeiro, Administrador da Empresa disse que a criação da empresa tinha sido decidida em Assembleia Municipal. O Senhor Vereador do PS e o Grupo Municipal têm opiniões divergentes sobre as empresas municipais, pois este concordou com o orçamento para dois mil e seis. Os contratos programa foram aumentados, mas o número de eventos também. Os patrocínios são poucos, cerca de trinta mil euros, esperando que estes números aumentem para o ano e que este seja de dois dígitos. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o Grupo Municipal do PS dispensa a análise política do Senhor Administrador. A Câmara Municipal não investiu cinquenta e quatro mil contos, ou seja, duzentos e setenta e dois mil euros na Óbidos Patrimonium. O que temos de contabilizar é os ganhos que a Câmara Municipal teria se não existisse a empresa e que deixou de ter. O Senhor Deputado José Oliveira disse que a contabilização da empresa deve ser feita de modo diferente da da Câmara Municipal. O Senhor Deputado Albino Sousa propôs um voto de louvor à Administração da Empresa Óbidos Patrimonium. O Senhor Deputado Hernâni Pedras disse que anteriormente a Câmara Municipal fazia eventos gratuitos, ou com bilhetes oferecidos e sem promoção. É muito importante que haja empresas, pois pode haver um controle objectivo. O Senhor Vereador Humberto Marques disse que acha normal a posição do PS sobre as empresas municipais. Sobre a eficiência da empresa disse que esta Câmara Municipal investiu do seu orçamento para cultura e turismo cerca de quatro, virgula, cinco por cento. Dois mil e cinco representa em termos de despesa um, virgula, três por cento. Falou sobre a estrutura de custos e

despesa com o pessoal, elogiando o seu trabalho. Disse que bancada do PS respondeu de forma injusta à intervenção do Administrador. Reportando-se à questão dos contratos programa, entre o que estava previsto e o que efectivamente foi necessário e foi executado, duzentos e setenta e dois mil euros, foi o que a Câmara Municipal investiu numa dinâmica económica, social e cultural, de dimensão nacional e internacional. Quem não está cá todos os dias, não vê os relatórios das Associações, em que cinquenta por cento da sua estrutura de proveitos vem da actividade desenvolvida pela empresa. A Administração mostrou que é rigorosa na sua gestão. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que rejeita a extrapolação que se fez das suas palavras relativamente à análise das pessoas que estão a administrar ou a funcionários. Estão a falar de gestão e de questões financeiras. A Senhora Deputada Maria Rodrigues disse que é uma gestão danosa, sendo esta a opinião do PS e as empresas municipais são uma forma de se fugir ao rigor da prestação de contas. Como não houve mais intervenções foi o relatório de gestão e contas posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e cinco votos contra. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E CINCO DA ÓBIDOS REQUALIFICA E.M.: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos número dois mil seiscentos e noventa e dois, de onze de Abril do corrente ano, remetendo o relatório de gestão e contas do ano de dois mil e cinco da Óbidos Requalifica E.M., para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra o Senhor Deputado José Oliveira para desejar que os resultados da empresa tenham o mesmo sucesso que tiveram os da Óbidos Patrimonium. Como não houve mais intervenções, foi o relatório de gestão e contas posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE ÓBIDOS E A FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA PARA APOIO TÉCNICO-CIENTIFICO AO GTL DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e oitenta e dois, de seis de Abril do corrente ano, remetendo o protocolo de colaboração entre o Municipio de Óbidos e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho para dizer que as iniciativas não têm que ser gratuitas e o protocolo fala numa remuneração de consultores, mas não têm conhecimento de quais são os previsíveis encargos para o orçamento da Câmara Municipal. Perguntou qual era a previsão de custos. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que ainda não existe valores definidos, sendo o seu custo apurado com o trabalho que virá a ser prestado. O Senhor Deputado Luís

Carvalho disse que a Câmara Municipal já devia saber quanto vai gastar quando elabora um protocolo, não estando em causa a colaboração prestada. Parece estranho que se avance para a elaboração de um protocolo sem que se saiba os seus encargos. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que fará parte de uma negociação à “posteriori”. O Senhor Deputado José Oliveira disse que é um custo que não pode ser orçado, por não se saber o tempo gasto pelos consultores. A Senhora Deputada Maria Rodrigues disse que se tem de estimar o valor hora. O Senhor Deputado José Capinha disse que o protocolo estabelece uma colaboração sobre assuntos, obras, que vão ser desenvolvidas, que se vão iniciar e aos quais não se consegue, de momento, dar orçamento. Posto o protocolo à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta. -----

--- PONTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM APÓS DISCUSSÃO PÚBLICA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e oitenta e um, de seis de Abril do corrente ano, remetendo a taxa municipal de direitos de passagem, para apreciação e eventual aprovação. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que é um formalismo, decorreu o prazo de trinta dias e é novamente submetido à apreciação da Assembleia Municipal. Posta a taxa à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e cinco votos contra. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA CONSTRUÇÃO DA CRECHE E ATL DO OLHO MARINHO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos número dois mil trezentos e três, de vinte e sete de Março do corrente ano, remetendo informação sobre a repartição de encargos da construção da creche e ATL do Olho Marinho, para apreciação e eventual aprovação, que a seguir se transcreve: “A minha informação número quinze, barra, dois mil e cinco, sobre a obra – Construção da Creche e ATL do Olho Marinho, com valor estimado de seiscentos e oitenta e seis mil trezentos e nove euros e trinta e três cêntimos (cento e trinta e sete milhões quinhentos e noventa e dois mil seiscentos e sessenta e sete escudos e dez cêntimos) mais IVA, e um prazo de execução de doze meses, previa o seu início no mês de Novembro de dois mil e cinco e o seu término no mês de Outubro de dois mil e seis, em que era atribuído ao ano de dois mil e cinco o valor de cento e catorze mil trezentos e oitenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos mais IVA e ao ano de dois mil e seis o montante de quinhentos e setenta e um mil novecentos e vinte e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos mais IVA. No entanto, e uma vez que não foi possível iniciar-se a referida obra durante o ano de dois mil e cinco, por motivos de atraso no processo do concurso, torna-se necessário fazer-se uma rectificação orçamental. Assim sendo, e prevendo-se de

momento o arranque da obra no próximo mês de Maio de dois mil e seis e seu término no mês de Abril de dois mil e sete e com o valor de quinhentos e oitenta e cinco mil novecentos e noventa e três euros e oitenta e dois cêntimos mais IVA, já contratado com a firma JCE, Lda., deverá este ser distribuído pelos anos de dois mil e seis e dois mil e sete, cabendo ao ano de dois mil e seis o valor de trezentos e catorze mil quinhentos e doze euros e oitenta e cinco cêntimos mais IVA e ao ano de dois mil e sete o valor de duzentos e setenta e um mil quatrocentos e oitenta euros e noventa e sete cêntimos mais IVA, segundo o plano de pagamentos apresentado pela firma referida. Nesta conformidade, e dando cumprimento ao estipulado no número um e número seis do artigo vinte e dois do Decreto-Lei cento e noventa e sete, barra noventa e nove, de oito de Junho, submete-se a presente repartição de encargos à aprovação da Câmara Municipal e eventual aprovação por parte da Assembleia Municipal. À consideração superior. O Arquitecto José Chaves.”. Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho, para dizer que o Grupo Municipal do PS vai entregar uma declaração de voto nos prazos regulamentares. Que o lançamento simbólico da primeira pedra do ATL do Olho Marinho foi feito em Dezembro do ano transacto e que a obra iria ficar concluída em dois mil e seis. Constatam agora que há uma dilação dos prazos, sendo que as informações que são disponibilizadas não permitem perceber o que é que esteve em causa para a Câmara se ver obrigada a adiar a conclusão da obra. Disse que se estranha que no prazo de seis dias o Senhor Arquitecto responsável do serviço de obras da Câmara tenha feito duas informações, uma das quais não está assinada, apontando a execução da obra ainda para dois mil e seis e outra, que invoca a anterior, já admitindo o atraso e prorrogando a obra até dois mil e sete e que em dezassete de Março do corrente ano o empreiteiro, a empresa JCE, remeta à Câmara um novo plano de pagamentos, actualizado, mas que curiosamente data de vinte e nove de Abril de dois mil e cinco. Disse ainda que o plano de trabalhos e o plano de pagamentos anexado pela empresa não diz respeito ao ATL do Olho Marinho, mas sim à construção da extensão do Centro de Saúde de Amoreira, devendo tratar-se de um lapso. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que são questões técnicas, estando o começo das obras dependente da aprovação por parte do Tribunal de Contas. Informou ainda que a troca de documentos se deveu a um lapso dos serviços, pois é a mesma empresa que está a construir a extensão do Centro de Saúde de Amoreira que vai fazer a Creche e ATL do Olho Marinho, sendo o técnico da Câmara o mesmo.-----
--- Como não houve mais intervenções, foi o assunto posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta.-----
--- PONTO NÚMERO OITO – Apreciação e eventual aprovação da quarta alteração ao Regulamento

MUNICIPAL DO REGIME JURIDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, APÓS DISCUSSÃO PÚBLICA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, remetendo a quarta alteração ao regulamento municipal do regime jurídico da urbanização e edificação. Como não houve intervenções, foi a quarta alteração ao regulamento posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO NOVE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS E A ÓBIDOS REQUALIFICA E.M. PARA INTERVENÇÃO URBANA NO LARGO DE S. MARCOS, GAEIRAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e setenta e seis, de seis de Abril do corrente ano, remetendo o contrato programa entre a Câmara Municipal de Óbidos e a Óbidos Requalifica - Empresa Municipal, para apreciação e eventual aprovação. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o Grupo Municipal do PS, perante estas situações vai compreender e começa a perceber algumas vantagens na existência de empresas municipais. O valor é uma ínfima parte da despesa que está subjacente a este projecto e gostaria de se poder pronunciar sobre o total das despesas do projecto. Perguntou se a empresa vai utilizar a verba para contratar estes serviços, criando condições para a existência de um concurso público de ideias para a prestação dos serviços. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que o custo dos projectos é o que está indicado. Só há obra depois de haver projectos. Vai ser feita a apresentação deste projecto à população das Gaeiras, não havendo concurso público, mas um ajuste directo. Não havendo mais intervenções, foi o contrato programa posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO DEZ – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS E A ÓBIDOS REQUALIFICA E.M. PARA O LOTEAMENTO DE SANTA RUFINA, ARELHO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e setenta e oito, de seis de Abril do corrente ano, remetendo o contrato programa entre a Câmara Municipal de Óbidos e a Óbidos Requalifica - Empresa Municipal, para apreciação e eventual aprovação. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que as dúvidas que foram suscitadas pelo Grupo Municipal do PS, relativamente a este ponto, são exactamente as mesmas do ponto anterior. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que as resposta são idênticas. Não havendo mais intervenções, foi o contrato programa posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO ONZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE PROPRIEDADE RÚSTICA EM ARCOS DE STª IRIA, ÓBIDOS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e setenta e nove, de seis de Abril do corrente ano, remetendo o relatório de avaliação de propriedade rústica em Arcos de Stª Iria, Óbidos, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi o relatório posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO DOZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO A CONTRATO PROGRAMA A ESTABELECEER COM A ÓBIDOS REQUALIFICA E.M.:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e setenta e sete, de seis de Abril do corrente ano, remetendo a proposta de rectificação a contrato programa a estabelecer com a Óbidos Requalifica E.M.. Usou da palavra o Senhor Deputado João Lourenço para chamar a atenção da maioria que tem grandes responsabilidades e alertar para estes casos que se repetem com grande frequência. Apela à maioria para ser mais critica. A Senhora Deputada Maria Rodrigues disse que a primeira cláusula é uma alteração de conteúdo e não uma rectificação. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que era um mero formalismo legal para evitar a revisão ao orçamento. Como não houve mais intervenções, foi a proposta de rectificação posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO TREZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS E A ÓBIDOS PATRIMONIUM E.M. PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E CONSUMOS ADMINISTRATIVOS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e oitenta, de seis de Abril do corrente ano, remetendo o contrato programa entre a Câmara Municipal de Óbidos e a Óbidos Patrimonium E.M., para fornecimento de material de expediente e consumos administrativos, para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Rodrigues para dizer que ficaram com dúvidas sobre o contrato e que fazer um contrato como este é ridículo, havendo outras formas de o fazer, não estando quantificado quanto se vai gastar. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que é para fornecimento de material de expediente e é para haver transparência. A Senhora Deputada Maria Rodrigues disse que não se justifica o protocolo, que não tem sentido e que os contratos não são para estas coisas. A Senhora Deputada Anabela Corado disse que se podia fazer uma adenda ao contrato inicial e o que consta no contrato

programa não se justifica. O Senhor Deputado José Oliveira disse que os deputados do PS têm que entrar em consenso, porque a Senhora Deputada Maria Rodrigues diz que não concorda e a Senhora Deputada Anabela Corado diz que se podia fazer uma adenda ao contrato inicial. Se viessem buscar material à Câmara Municipal sem o protocolo, o PS iria dizer que não tinha conhecimento. O Senhor Vereador Humberto Marques disse que era apenas o estrito cumprimento da Lei. A Câmara Municipal quer estabelecer termos de custos. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que estão indignados com a bizzaria dos documentos. Percebeu que é uma gestão de custos por parte da Câmara Municipal. Não se pode é celebrar contratos programa que não estão contabilizados. Agradece as intervenções, mas alertou para a obrigatoriedade de os contratos programa estarem contabilizados. Como não houve mais intervenções, foi o contrato programa posto à votação, tendo sido aprovado por maioria com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado João Lourenço solicitou a interrupção dos trabalhos, por dez minutos, a fim de poder ler a informação, tendo os mesmos sido interrompidos. Retomados os trabalhos, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho para registar que mais uma vez não há equilíbrio entre a descrição da actividade do município, que é extensa, e a informação sobre a situação financeira relativamente à execução orçamental. O Grupo Municipal do PS insistirá nesta sua posição. Não havendo mais intervenções foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PONTO NÚMERO QUINZE – PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE ÓBIDOS E COMUNIDADE TERAPEUTICA MINHA CASA: - A Senhora Dr. Sílvia Saramago informou que o protocolo vem substantivar uma colaboração já existente, onde a comunidade tem desenvolvido alguns trabalhos de melhoramentos em habitações. Nas Gaeiras foram feitas limpezas e arranjos numa habitação. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que o protocolo visa a recuperação de habitações degradadas. A Senhora Deputada Maria Rodrigues disse que este tipo de protocolos terá vantagens para todos, habitantes e comunidade, mas pensa que o texto é pobre. Não percebe o ponto dois, cláusula quarta e o ponto cinco. Pede algum rigor naquele tipo

de documentos. O Senhor Deputado Eduardo Silva deu o seu testemunho sobre a intervenção ocorrida na sua freguesia, numa habitação pertencente a uma pessoa idosa e deficiente. Com o protocolo vão ajudar uma instituição e vão proceder à recuperação de habitações. Agradeceu à comunidade terapêutica o trabalho notável que efectuou. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do protocolo.-----

--- PUNTO NÚMERO DEZASSEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA O FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO MUNICIPAL: - O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal explicou que a ideia é criar um refeitório para os funcionários da Câmara e para os alunos que frequentam a escola de hotelaria. A Senhora Deputada Maria Rodrigues saudou a existência do refeitório. Existem erros de escrita na proposta. Não sabe onde está instalado o refeitório. Como tem conhecimento que o veterinário que prestava serviço para a Câmara Municipal cessou os seus serviços, perguntou se o Município já tinha um novo veterinário municipal, tendo recebido uma resposta afirmativa por parte do Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal. Como não houve mais intervenções, foi a proposta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO DEZASSETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO – FÉRIAS ACTIVAS DOIS MIL E SEIS: - A Senhora Dr. Sílvia Saramago disse que o regulamento tem como objectivo afinar alguns pontos em relação ao que já existia e ocupar os jovens de forma pedagógica. Como não houve intervenções a proposta de regulamento foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e uma abstenção. Aprovada em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO DEZOITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA CANDIDATURA APRESENTADA AO INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO (INH): - A Senhora Dr. Sílvia Saramago explicou que a candidatura é resultado de um trabalho de fundo do Gabinete de Educação e foi aprovada na sua totalidade, pelo que vão ter apoio para a reabilitação e construção de trinta e três habitações que são para situações de alojamento precário. Vão assim dar início à habitação social. A Senhora Deputada Maria Rodrigues regozija-se com a existência do projecto e a importância que terá para o Concelho. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que é de louvar o apoio da Administração Central e que a assinatura do acordo de colaboração é dia doze de Maio do corrente ano. Como não houve mais intervenções, foi o assunto posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO DEZANOVE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO

DIA: - Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi dada a palavra aos Munícipes presentes.-----

--- Usou da palavra o Município João Lourenço, residente em Óbidos que começou por dizer que é desagradável e incompreensível uma pessoa estar tanto tempo à espera de uma resposta da Câmara Municipal. Disse que foram feitas perguntas concretas sobre o orçamento que não tiveram resposta. Que foi inaugurado o Pinto Doce e perguntou quantas pessoas de Óbidos lá trabalhavam e se a Câmara Municipal era uma empresa imobiliária e construtora, que compra e vende terrenos. O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal informou que não sabe quantos funcionários são do Concelho. O Pingo Doce solicitou ao Centro de Emprego funcionários, pessoas desempregadas que estivessem lá inscritas. Sabe que houve pessoas do Concelho que se inscreveram directamente e que foram efectivamente criados sessenta postos de trabalho. Disse ainda que a requalificação e ordenamento do território é uma área importante. Havia um terreno à venda que a Câmara Municipal comprou, fez um loteamento, e após discussão pública e quando entendeu, pôs um lote à venda que o Pingo Doce comprou.-----

--- A seguir se transcrevem as declarações de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista:-----

--- “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou a favor os Mapas de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Óbidos do ano de dois mil e cinco, em sessão de vinte e um de Abril de dois mil e seis, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – O Orçamento da Câmara Municipal de Óbidos devendo ser uma previsão de receita e de despesa acabou por se revelar um documento retalhado por sucessivas alterações. Dois – Há reforços de despesa que não podem deixar de se considerar algo intrigantes já que incidem sobre rubricas que não estão suficientemente identificadas e que estão registadas como “Outras”. Dá-se, a título de exemplo, a rubrica “Outro material de transporte” que aumentou mais de dez vezes ao inicialmente previsto. Três – O Relatório de Gestão que enfoca o crescimento da receita, não reflecte o mesmo destaque ao aumento substancial da despesa, que duplicou entre dois mil e dois mil e cinco. Quarto – Também não deixa de merecer registo o facto de a receita corrente ter diminuído pela primeira vez. Cinco – Não são de aceitar as referências feitas à contenção da despesa. De facto, nos últimos anos a despesa executada subiu substancialmente, passando de cerca de quinze milhões de euros em dois mil e quatro para dezoito milhões de euros em dois mil e cinco. Seis – O saldo positivo que é apresentado reflecte, acima de tudo, o facto de ter existido um aumento não previsto na receita por via de impostos directos e na alienação de imóveis pela autarquia. Sete – Não foram esclarecidos os “custos e perdas extraordinárias” de oitocentos e

sessenta e sete mil euros. Oito – Registe-se ainda a evolução das dividas a terceiros, mais um milhão de euros que em dois mil e um, e o aumento exponencial da locação financeira em cerca de dez vezes em igual período.”.-----

--- “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou a favor a proposta de repartição de encargos da construção da creche e ATL do Olho Marinho, em sessão de vinte e um de Abril de dois mil e seis, porque entende que se trata de uma decisão essencial para o futuro educativo das crianças da freguesia, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – A Câmara Municipal de Óbidos realizou em Dezembro passado a cerimónia de lançamento da primeira pedra da nova Creche e ATL do Olho Marinho. Dois – O facto foi amplamente divulgado na comunicação social local. Três – Nessa altura se referia que “a obra foi adjudicada no passado mês de Novembro” e que seria concluída em Maio de dois mil e seis. Quarto – Agora a conclusão da obra é adiada para o final do próximo ano escolar com prejuízo das crianças que esperavam poder usufruir deste equipamento já em dois mil e seis. Cinco – Acresce que o Orçamento para dois mil e seis já prevê uma verba de cerca de seiscentos e quinze mil euros, a ser executada durante o corrente ano, admitindo-se agora que este ano apenas sejam necessários cerca de trezentos e quinze mil euros, ou seja sensivelmente metade do orçamento. Seis – Finalmente, estranha-se que no espaço de seis dias o Sr. Arquitecto responsável do Serviço de Obras da CMO tenha feito duas informações, uma (não assinada) apontando a execução da obra ainda para dois mil e seis e outra (que invoca a anterior) já admitindo o atraso e prolongando a mesma obra até dois mil e sete, e que, em dezassete de Março de dois mil e seis, o empreiteiro (JCE) remeta à Câmara o “Plano de Pagamentos actualizado” que data de vinte e nove de Abril de dois mil e cinco. Sete – Uma última nota para referir que o plano de trabalhos e o plano de pagamentos anexo à convocatória e remetido a este Grupo Municipal diz respeito não ao ATL do Olho Marinho mas sim à construção da extensão de saúde de Amoreira.”.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma hora e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de Abril do corrente ano, e eu, Frederico Manuel de Sousa Garcia, lavrei a presente acta que vou assinar.--